



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 108/2005

MENSAGEM Nº: 64/2005

RECEBIDA EM: 11 de agosto de 2005.

Nº DO PROJETO: 108/2005

SÚMULA: Altera prazo de inalienabilidade e prorroga prazo para construir, previsto na lei nº 1.801, de 28 de dezembro de 1998.

AUTOR: Executivo Municipal.

LEITURA EM PLENÁRIO: 11 de agosto de 2005.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 108/2005

SÚMULA: Altera a redação do inciso III, do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei nº 1.801, de 28 de dezembro de 1998, que autorizou doação de imóvel à empresa Viasoft Ltda. e dá outras providências.

RECEBIDO EM: 23 de agosto de 2005.

AUTOR: Vereadores Aldir Vendruscolo – PFL, Cilmar Francisco Pastorello – PL, Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, Laurindo Cesa – PSDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS, Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PV, Valmir Tasca – PFL e Volmir Sabbi – PT.

VOTAÇÃO SIMPLES

PRIMEIRA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 19 de setembro de 2005.

Aprovado com 8 (oito) votos a favor e 1 (uma) ausência.

Votaram a favor: Cilmar Francisco Pastorello – PL, Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, Laurindo Cesa – PSDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS, Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PV e Volmir Sabbi – PT.

Ausente o vereador Valmir Tasca – PFL.

SEGUNDA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 22 de setembro de 2005.

Aprovado com 9 (nove) votos a favor.

Votaram a favor: Cilmar Francisco Pastorello – PL, Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, Laurindo Cesa – PSDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS, Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PV, Valmir Tasca – PFL e Volmir Sabbi – PT.

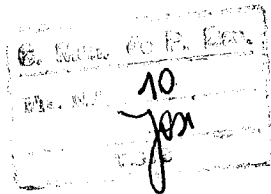
Aprovado com **Emenda Modificativa** de autoria dos vereadores Aldir Vendruscolo – PFL, Cilmar Francisco Pastorello – PL, Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, Laurindo Cesa – PSDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS, Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PV, Valmir Tasca – PFL e Volmir Sabbi – PT.

ENVIADO AO EXECUTIVO EM: 23 de setembro de 2005.

ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº: 620/2005.

Lei nº 2521, de 23 de setembro de 2005.

PUBLICADA: Jornal Diário do Povo - Edição nº 3622 dos dias 24 e 25 de setembro de 2005.



DIÁRIO DO POVO

ANO XX - EDIÇÃO 3622 - PATO BRANCO, SÁBADO E DOMINGO, 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2005

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 2.521, DE 23 DE SETEMBRO DE 2005.

Altera a redação do inciso III, do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 1.801, de 28 de dezembro de 1998, que autorizou doação de imóvel à empresa Viasoft Ltda. e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O inciso III, do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei nº 1.801, de 28 de dezembro de 1998, passa a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 1º. ...

Parágrafo único. ...

III – início da edificação da obra proposta no pedido objeto do protocolo nº 236441, de 28 de abril de 2005, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta lei.” (NR)

Art. 2º. A cláusula de inalienabilidade de 10 (dez) anos, prevista no inciso I, do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei nº 1.801, de 28 de dezembro de 1998, terá seu termo inicial a partir da publicação desta lei, atendendo o disposto no artigo 1º.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta lei decorre do substitutivo ao projeto de lei nº 108/2005, de autoria dos vereadores Aldir Vendruscolo, Cilmar Francisco Pastorello, Guilherme Sebastião Silverio, Laurindo Cesa, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski, Marco Antonio Augusto Pozza, Nelson Bertani, Osmar Braun Sobrinho, Valmir Tasca e Volmir Sabbi.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, 23 de setembro de 2005.

ROBERTO VIGANÓ
Prefeito Municipal



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

SUBSTITUITIVO AO PROJETO DE LEI Nº 108/2005

Súmula: Altera a redação do inciso III, do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 1.801, de 28 de dezembro de 1998, que autorizou doação de imóvel à empresa Viasoft Ltda. e dá outras providências.

Art. 1º. O inciso III, do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei nº 1.801, de 28 de dezembro de 1998, passa a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 1º. ...

Parágrafo único. ...

III – início da edificação da obra proposta no pedido objeto do protocolo nº 236441, de 28 de abril de 2005, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta lei.” (NR)

Art. 2º. A cláusula de inalienabilidade de 10 (dez) anos, prevista no inciso I, do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei nº 1.801, de 28 de dezembro de 1998, terá seu termo inicial a partir da publicação desta lei, atendendo o disposto no artigo 1º.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta lei decorre do substitutivo ao projeto de lei nº 108/2005, de autoria dos vereadores Aldir Vendruscolo – PFL, Cilmar Francisco Pastorello – PL, Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, Laurindo Cesa – PSDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski – PPS, Marco Antonio Augusto Pozza – PMDB, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PV, Valmir Tasca – PFL e Volmir Sabbi – PT.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

22/09/2005 - Aprovada por unanimidade.

AO

PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO.

Os Vereadores infra-assinados, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, a seguinte **EMENDA** ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 108/2005:

EMENDA MODIFICATIVA

Modifica a redação do artigo 1º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 108/2005, passando a vigorar com o seguinte teor:

Art. 1º O inciso III, do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei nº 1.801, de 28 de dezembro de 1998, passa a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 1º

Parágrafo único.

III – início da edificação da obra proposta no pedido objeto do protocolo nº 236441, de 28 de abril de 2005, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta lei.” (NR)

Nestes termos, pedem deferimento.

Pato Branco, 22 de setembro de 2005.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO
PARECER AO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 108/2005

Busca o Vereador Guilherme Silverio-PMDB, através do Substitutivo ao Projeto de Lei em apreço, autorizar o Executivo Municipal a alterar o inciso III do parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 1.801, de 28 de dezembro de 1998, que autorizou doação de imóvel à empresa Viasoft Informática Ltda, ou seja a alteração visa ampliar o prazo de inalienabilidade e também prorrogar o prazo para construção da obra e consequentemente o início das atividades industriais.

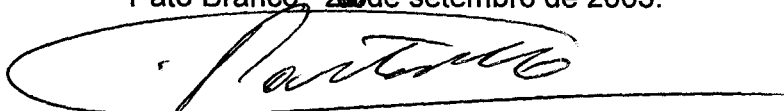
A proposição decorre de solicitação encaminhada pela referida empresa, a qual ratifica o interesse no imóvel, demonstrando a intenção de nele edificar a sede da empresa.

Em tese, a matéria visa revigorar as disposições da Lei nº 1.801, de 28 de dezembro de 1998, para que a donatária dê início as suas atividades industriais e comerciais, no imóvel objeto da doação autorizada pela supra mencionada legislação municipal.


Após análise da matéria constatamos que a mesma tem amparo legal, sendo que esta relatoria conclui em **emitir parecer favorável** a sua tramitação e aprovação.

É o parecer, SMJ.

Pato Branco, 28 de setembro de 2005.



Cilmar Francisco Pastorello – PL
Presidente



Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski– PPS
Membro



Marco Antonio Augusto Pozza- PMDB
Relator



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

C. Mun. de P. Bco.
Fis. N.º 06
798
VISTO

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 108/2005

Busca o Executivo Municipal, através do projeto de lei ora analisado, alterar dispositivo da Lei nº 1.801 de 28 de dezembro de 1998, que trata sobre doação de terreno à Viasoft Informática Ltda.

A Secretria de Indústria e Comércio em fiscalização aos terrenos doados observou que a Viasoft não havia iniciado a construção sobre o terreno ora doado através da referida Lei.

Em audiência ocorrida entre o proprietário da Viasoft, Itamir Viola, a Secretaria Municipal condicionou-se uma nova tramitação de projeto a fim de regularizar a situação do lote 08 da quadra 798 situado na Rua Afonso Pena com 468,00m², terreno este ao lado da atual sede da Viasoft.

Segundo informações colhidas por este relator em visita à sede da empresa a construção não ocorreu em tempo legal pelo seguinte fato:

- A doação do terreno ocorreu no período em que estava sendo construído o prédio atual (em terreno próprio) o que impossibilitou outra construção no terreno doado.

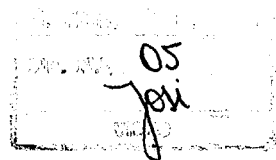
Neste período de 7 anos os negócios expandiram e mostram prospecção sendo necessário então a ampliação do prédio o que se dará no terreno doado pela prefeitura em 1998 mas que se encontra ilegal devido ao não cumprimento do que prevê a lei – construção em noventa dias após a publicação.

O presente projeto prevê regularizar esta situação a fim de possibilitar à empresa a ampliação do prédio.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



O parecer é favorável e o relator apresenta substitutivo modificando a estrutura do Projeto de Lei, sem no entanto alterar a essência contemplando desta maneira o intuito primordial e produzindo uma redação mais completa.

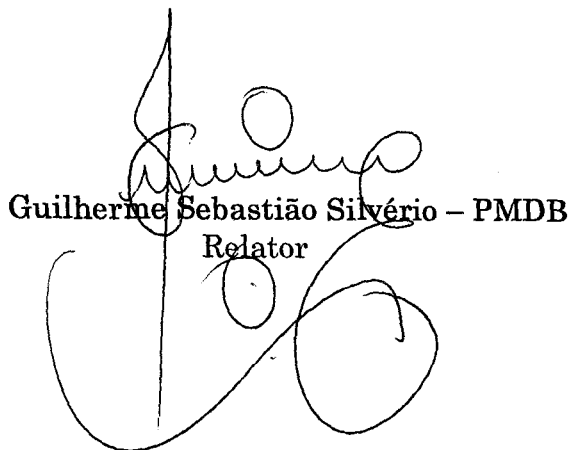
Portanto, após análise, optamos por exarar **PARECER FAVORÁVEL** a aprovação da mesma.

É o parecer, SMJ.

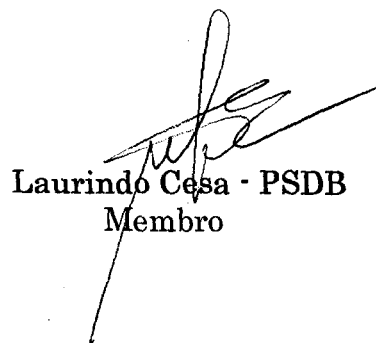
Pato Branco, 23 de agosto de 2005.



Nelson Bertani - PDT
Presidente - Membro



Guilherme Sebastião Silvério - PMDB
Relator



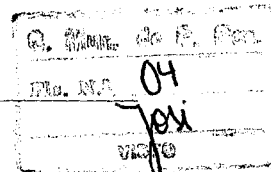
Laurindo Cesa - PSDB
Membro



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Câmara Municipal de Pato Branco
Comissão de Orçamento e Finanças



Projeto de Lei n.108/2005 Altera o prazo de inalienabilidade e prorroga p razo
- para construir, previsto na Lei n. 1801, de 28 de
dezembro de 1998.

Proponente: Executivo Municipal
Parecer do Relator Vereador Valmir Sabbi (PT)

Propõe o Executivo, com o projeto em tela alterar o prazo de inalienabilidade
e prorroga prazo para construir em terreno doado a empresa Viasoft Ltda.

Considerando:

1. que a não utilização na forma de construção, pela empresa, do terreno doado pela Prefeitura deveu-se ao fato da mesma já ter construído em terreno ao lado que teve que comprar para poder se instalar;
2. que a empresa necessita, também, do terreno oferecido pela municipalidade para ampliar suas instalações;
3. que a empresa tem se mostrado uma empresa séria, cumpridora de seus compromissos perante a sociedade;
4. que a empresa cresceu bastante e mostra-se muito competitiva num ramo de alta tecnologia – software – o que extremamente interessante para o país e para a cidade, pois gera grande renda *per capita*, sem danos ambientais e trazendo uma cultura de desenvolvimento à cidade;

Somos de parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei, em função dos argumentos expostos.

É o parecer deste relator
Pato Branco, 19 de setembro 2005.

Valmir Sabbi (PT)

Relator Com. de Orçam. e Finanças

Osmar Braun Sobrinho
Membro Comissão

Valmir Tasca
Pres. Com. Orçam. e Finanças



**OFÍCIO DO DISTRIBUIDOR, CONTADOR, PARTIDOR, DEPOSITÁRIO PÚBLICO
E AVALIADOR JUDICIAL DA COMARCA DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ**

Dirso Antônio Veronese - Titular

CPF 061104019-00

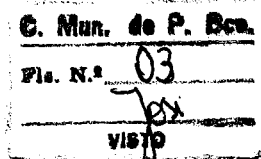
Dilmar Aluizio Veronese - Juramentado

CPF 374196419-00

Trvs. Goiás, 55 - Cx. Postal 01 - Telefax (46) 224-2414

85505-000 - Pato Branco - Paraná

distribuidor@qualinet.com.br



Certidão Positiva

Certifico, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em Cartório os livros e arquivos de distribuição CÍVEL (Cível, Carta Precatória, Precatória Especial, Juizado Especial), Executivo Fiscal, Penhoras, CRIMINAL (Criminal, Carta Precatória, Precatória Especial, Juizado Especial), sob minha guarda neste cartório, verifiquei **CONSTAR** o seguinte contra:

VIASOFT INFORMATICA LTDA

CNPJ 82.416.124/0001-17, no período compreendido desde 14/12/1960, data de instalação deste cartório, até a presente data.

Distrib	Livro	Data	Ação	Vara	Requerente
140	3	03/04/1998	PRECATORIA	PRIMEIRA VARA CIVEL	CUIABA COLOR MATERIAIS FOTOGRAFICOS LTDA

Detalhes: Tipo = Cível - Carta Precatória, Rogatória e de Ordem || Valor = 0,00 || Comarca Deprecante = CUIABA - MT || Ato Deprecado = INQUIRICAÇÃO || Autos = 446/96

37	3	19/04/2005	PRECATORIA	JUIZADO ESPECIAL CIVEL	MOHR COMERCIO DE PECAS PARA CAMINHOS LTDA
----	---	------------	------------	---------------------------	----------------------------------------------

Detalhes: Tipo = Cível - Precatória Especial || Valor = 0,00 || Comarca Deprecante = CHAPECO - SC || Ato Deprecado = CITACAO || Autos = 18.05.002882-8

Averbações

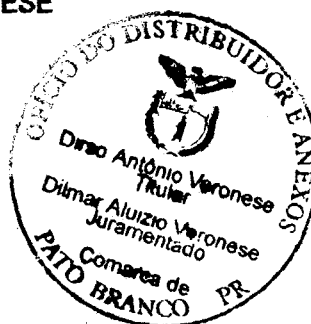
[140/1998] Devolvido em 04/06/1998

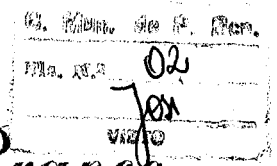
[37/2005] Devolvido em 30/06/2005



PATO BRANCO/PR, 19 de Setembro de 2005, 16:00:13

DILMAR ALUIZIO VERONESE





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo. Sr.

Aldir Vendruscolo

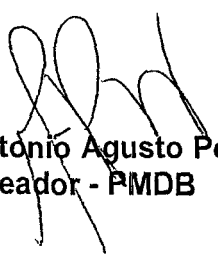
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Pato Branco - PR

O vereador infra-assinado, **Marco Antonio Augusto Pozza-PMDB** no uso de suas atribuições legais e regimentais, na condição de relator do projeto de lei nº 108/2005, de autoria do Executivo Municipal, enviado a esta Casa de Leis, através mensagem nº 64, de 3 de agosto de 2005, requer seja oficiado ao autor da matéria, solicitando que o mesmo remeta-nos, para posterior emissão do parecer, as certidões negativas de ação judicial civil e criminal da empresa Viasoft Informática Ltda.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 16 de setembro de 2005.


Marco Antonio Augusto Pozza
Vereador - PMDB



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

AO

PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO.

O Vereador infra-assinado, **GUIHERME SEBASTIÃO SILVERIO – PMDB**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, o seguinte **SUBSTITUTIVO** ao Projeto de Lei nº 108/2005:

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 108/2005

Súmula: Altera redação do inciso III, do parágrafo único, do art.

1º da Lei nº 1.801, de 28 de dezembro de 1998, que autorizou doação de imóvel à empresa Viasoft Ltda e dá outras providências.

Art. 1º O inciso III, do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei nº 1.801, de 28 de dezembro de 1998, passa a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 1º

Parágrafo único.

III – início das atividades industriais propostas no pedido objeto do protocolo nº 236441, de 28 de abril de 2005, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta lei.” (NR)

Art. 2º A cláusula de inalienabilidade de dez (10) anos, prevista no inciso I, do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei nº 1.801, de 28 de dezembro de 1998, terá seu termo inicial a partir da publicação desta lei, atendendo o disposto no artigo 1º.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 22 de agosto de 2005.


Guilherme Sebastião Silverio – Vereador PMDB
PROPONENTE